

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	34
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	36
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	37
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	728.908.848
Preferenciais	1.457.817.696
Total	2.186.726.544
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.095.640	931.203
1.01	Ativo Circulante	165.498	141.619
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	125.805	103.040
1.01.03	Contas a Receber	35.414	34.189
1.01.03.01	Clientes	35.414	34.189
1.01.03.01.01	Contas a Receber	35.414	34.182
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	0	7
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.170	3.152
1.01.07	Despesas Antecipadas	913	1.161
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.196	77
1.01.08.03	Outros	1.196	77
1.01.08.03.01	Outros Créditos	110	75
1.01.08.03.04	Adiantamento a Fornecedor	1.086	2
1.02	Ativo Não Circulante	930.142	789.584
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	24.415	26.079
1.02.01.06	Tributos Diferidos	23.940	23.487
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	475	2.592
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais e Outros	475	677
1.02.01.09.04	Contas a Receber com Operações de Derivativos	0	1.915
1.02.03	Imobilizado	17.591	23.775
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	15.265	17.608
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.326	6.167
1.02.04	Intangível	888.136	739.730

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.095.640	931.203
2.01	Passivo Circulante	415.092	224.117
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.638	6.929
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	7.638	6.929
2.01.02	Fornecedores	26.626	24.222
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	26.610	24.167
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	16	55
2.01.03	Obrigações Fiscais	43.595	55.228
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	43.595	55.228
2.01.03.01.04	Obrigações Fiscais Federais, Estaduais e Municipais a Recolher	43.595	55.228
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	179.050	6.829
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	173.145	4.743
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	30
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	173.145	4.713
2.01.04.02	Debêntures	5.905	2.086
2.01.05	Outras Obrigações	59.481	45.060
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	35.452	19.006
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	35.452	19.006
2.01.05.02	Outros	24.029	26.054
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	4.565	7.112
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	2.108	3.450
2.01.05.02.06	Contas a Pagar com Operações de Derivativos	17.356	15.492
2.01.06	Provisões	98.702	85.849
2.01.06.02	Outras Provisões	98.702	85.849
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	98.702	85.849
2.02	Passivo Não Circulante	311.179	494.568
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	259.331	427.142
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	173.046
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	173.046
2.02.01.02	Debêntures	259.331	254.096
2.02.02	Outras Obrigações	123	0
2.02.04	Provisões	51.725	67.426
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.766	2.021
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.354	1.452
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.412	569
2.02.04.02	Outras Provisões	48.959	65.405
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	48.959	65.405
2.03	Patrimônio Líquido	369.369	212.518
2.03.01	Capital Social Realizado	174.093	174.093
2.03.04	Reservas de Lucros	17.626	38.425
2.03.04.01	Reserva Legal	10.046	10.046
2.03.04.02	Reserva Estatutária	7.580	7.580
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	20.799
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	177.650	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	294.374	761.294	194.326	632.008
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-176.769	-429.066	-96.098	-313.943
3.02.01	Custo de Construção	-109.021	-232.328	-40.714	-152.073
3.02.02	Serviços	-8.617	-24.867	-9.680	-27.501
3.02.03	Custos e Obrigações com o Poder Concedente	-4.211	-12.653	-3.703	-10.954
3.02.04	Depreciação e Amortização	-34.599	-99.365	-23.769	-65.488
3.02.05	Custo com Pessoal	-7.107	-20.825	-6.539	-20.731
3.02.06	Provisão de Manutenção	-9.841	-28.756	-8.059	-26.590
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-2.400	-7.698	-2.557	-7.666
3.02.08	Outros	-973	-2.574	-1.077	-2.940
3.03	Resultado Bruto	117.605	332.228	98.228	318.065
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-11.645	-32.175	-9.467	-25.857
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.845	-31.541	-9.694	-26.464
3.04.02.01	Serviços	-4.184	-11.539	-3.765	-10.154
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-435	-1.312	-422	-1.282
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-2.813	-8.814	-2.324	-7.208
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-155	-460	-2	-255
3.04.02.05	Outros	-4.258	-9.416	-3.181	-7.565
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	309	704	227	792
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-109	-1.338	0	-185
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	105.960	300.053	88.761	292.208
3.06	Resultado Financeiro	-7.901	-31.079	-10.283	-35.977
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	98.059	268.974	78.478	256.231
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-32.966	-91.324	-26.827	-87.168
3.08.01	Corrente	-28.051	-91.777	-19.130	-97.122
3.08.02	Diferido	-4.915	453	-7.697	9.954
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	65.093	177.650	51.651	169.063
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	65.093	177.650	51.651	169.063

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação	0,02957	0,08070	0,02403	0,07865
3.99.01.01	ON	0,02987	0,08151	0,02403	0,07865
3.99.01.02	PN				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	65.093	177.650	51.651	169.063
4.03	Resultado Abrangente do Período	65.093	177.650	51.651	169.063

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	307.988	270.666
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	350.015	299.498
6.01.01.01	Lucro líquido do Período	177.650	169.063
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-453	-9.954
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	100.677	66.770
6.01.01.05	Baixa do Ativo Imobilizado e Intangível	1.337	187
6.01.01.08	Variação Cambial sobre Empréstimos e Financiamentos	-4.546	-32.486
6.01.01.09	Juros e Variação Monetária, Debêntures, Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento Mercantil	19.915	18.585
6.01.01.11	Capitalização de Custo de Empréstimos	-4.513	-496
6.01.01.12	Constituição (Reversão) da Provisão de Manutenção	28.756	26.590
6.01.01.13	Ajuste a Valor Presente Provisão Manutenção	11.755	10.803
6.01.01.14	Constituição (Reversão) da Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	3.560	1.669
6.01.01.15	Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	0	-3
6.01.01.16	Resultado de Operações com Derivativos	15.893	48.770
6.01.01.17	Variações Cambiais s/ Fornecedores Estrangeiros	-16	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-42.027	-28.832
6.01.02.01	Contas a Receber	-1.232	-29.076
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	7	31.685
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	982	-7.543
6.01.02.06	Despesas Antecipadas e Outras	415	-306
6.01.02.08	Fornecedores	2.420	1.832
6.01.02.09	Fornecedores - Partes Relacionadas	18.074	-7.371
6.01.02.10	Impostos, Contribuições a Recolher / Parcelados e Provisão para Imposto de Renda e Contr. Social	90.015	100.866
6.01.02.11	Pagamentos com Imposto de Renda e Contribuição Social	-101.648	-101.692
6.01.02.12	Realização da Provisão de Manutenção	-44.104	-14.768
6.01.02.13	Adiantamento a Fornecedores	-1.084	-7
6.01.02.14	Obrigações Sociais e Trabalhistas	709	214
6.01.02.15	Outras Contas a Pagar	-3.766	-713
6.01.02.16	Pagamento de Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	-2.815	-1.953
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-241.351	-152.557
6.02.02	Aquisição de Ativo Imobilizado	-3.857	-4.199
6.02.03	Adições ao Ativo Intangível	-241.068	-149.232
6.02.04	Outros de Ativo Imobilizado e Intangível	3.574	874
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-43.872	-63.981
6.03.04	Empréstimos, Financiamentos, Debêntures. Arrend. Mercantil	-75	0
6.03.05	Empréstimos, Financiamentos, Debêntures. Arrend. Mercantil (Pagamentos Principal)	-33	-45
6.03.06	Empréstimos, Financiamentos, Debêntures. Arrend. Mercantil (Pagamentos Juros)	-10.776	-7.176
6.03.08	Liquidações das Operações com Derivativos	-12.189	-16.702
6.03.09	Dividendos Pagos a Acionistas Controladores	-20.799	-40.058
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	22.765	54.128

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	103.040	88.026
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	125.805	142.154

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	174.093	0	38.425	0	0	212.518
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	174.093	0	38.425	0	0	212.518
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-20.799	0	0	-20.799
5.04.06	Dividendos	0	0	-20.799	0	0	-20.799
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	177.650	0	177.650
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	177.650	0	177.650
5.07	Saldos Finais	174.093	0	17.626	177.650	0	369.369

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	151.001	0	66.161	0	0	217.162
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	151.001	0	66.161	0	0	217.162
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-40.059	0	0	-40.059
5.04.06	Dividendos	0	0	-40.059	0	0	-40.059
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	169.063	0	169.063
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	169.063	0	169.063
5.07	Saldos Finais	151.001	0	26.102	169.063	0	346.166

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
7.01	Receitas	816.577	678.476
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	812.064	677.980
7.01.02	Outras Receitas	4.513	496
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-330.571	-244.632
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-46.675	-47.773
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-22.812	-18.196
7.02.04	Outros	-261.084	-178.663
7.02.04.01	Custos de Construção	-232.328	-152.073
7.02.04.02	Provisão de Manutenção	-28.756	-26.590
7.03	Valor Adicionado Bruto	486.006	433.844
7.04	Retenções	-100.677	-66.770
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-100.677	-66.770
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	385.329	367.074
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	40.686	74.920
7.06.02	Receitas Financeiras	40.686	74.920
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	426.015	441.994
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	426.015	441.994
7.08.01	Pessoal	26.253	24.579
7.08.01.01	Remuneração Direta	18.861	17.440
7.08.01.02	Benefícios	6.312	6.103
7.08.01.03	F.G.T.S.	889	893
7.08.01.04	Outros	191	143
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	145.689	136.745
7.08.02.01	Federais	116.584	110.374
7.08.02.02	Estaduais	116	111
7.08.02.03	Municipais	28.989	26.260
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	76.423	111.607
7.08.03.01	Juros	75.594	110.772
7.08.03.02	Aluguéis	829	835
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	177.650	169.063
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	177.650	169.063

Comentário do Desempenho

1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL

Julho a Setembro/2017

As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente, o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 3T16.

1.1 - Principais indicadores:

- A receita líquida operacional alcançou R\$ 185,3 milhões (+20,7%);
- O EBIT atingiu R\$ 105,9 milhões (+19,4%) e a margem EBIT ajustada 57,17% (-0,62 p.p.);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 150,8 milhões (+24,6%) e a margem EBITDA ajustada 81,3% (-2,60 p.p.);
- O lucro líquido atingiu R\$ 65,1 milhões (+26%).

Indicadores (R\$ MM)	3T17	3T16	Var.%
Receita líquida operacional*	185.353	153.612	20,7%
EBIT	105.960	88.761	19,4%
Margem EBIT (ajustada)	57,17%	57,78%	-0,61 p.p.
EBITDA (ajustado)	150.835	121.011	24,6%
Margem EBITDA (ajustada)	81,38%	78,78%	-2,60 p.p.
Lucro líquido	65.093	51.651	26,0%

*Receita líquida operacional é a soma da receita de pedágio com a receita acessória deduzindo os tributos, devoluções e abatimentos. Não inclui receita de construção.

1.2 - Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veq¹)

Em unid.	3T17	3T16	Var.%
Veículos equivalentes (Veq ¹)	24.170.493	20.824.161	16,07%
Veículos leves (Eq)	4.540.699	4.334.951	4,75%
Veículos pesados (Eq)	19.629.794	16.489.210	19,05%

(Veq¹) - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

Tráfego consolidado (16,07%)

O tráfego consolidado apresentou um crescimento de 16,07% sobre o mesmo período de 2016, influenciado mais significativamente pela categoria de pesados da concessionária.

Comentário do Desempenho

Veículos leves (4,75%)

A categoria apresentou um aumento de 4,75% no 3T17 em comparação ao mesmo período do ano anterior. O resultado é consequência do deslocamento de feriado da independência que ocorreu numa quarta-feira no ano passado e este ano aconteceu na quinta-feira, o que possibilitou a extensão para o final de semana. Aliado a isso, o mês de julho, mês de férias escolares, teve crescimento também.

Veículos pesados (19,05%)

A categoria apresentou um crescimento expressivo de 19,05% no 3T17 em comparação ao mesmo período do ano anterior. O terceiro trimestre do ano foi influenciado fortemente pela retomada das exportações da *commoditie* milho com relação ao ano anterior, quando o país enfrentou uma quebra de safra. As exportações de soja também seguiram ritmo forte, o que colaborou ainda mais para o crescimento. O Brasil exportou 58% a mais, em volume de grãos no último trimestre; e, visto que, a maioria desse escoamento se dá pelo modal rodoviário, as rodovias administradas pela Rodonorte refletiram positivamente esse incremento.

1.3 - Reajustes de tarifas de pedágio

Conforme o Contrato de Concessão nº. 075/97 assinado entre o Estado do Paraná, por intermédio do Departamento de Estradas e Rodagem – DER e a Companhia (cláusula XIX – Do reajuste da tarifa básica), a tarifa de pedágio foi reajustada no dia 01 de dezembro de 2016, com base na variação acumulada dos índices de reajuste da fórmula paramétrica dispostos na Cláusula acima.

1.4 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita bruta operacional

Receita Bruta Operacional (R\$ mil)	3T17	3T16	Var.%
Receita de Pedágio	199.643	165.062	20,95%
Receitas Acessórias	3.516	3.286	7,00%
Receita Bruta Operacional Total	203.159	168.348	20,68%

Receita de construção

Receita bruta de construção (R\$ mil)	3T17	3T16	Var.%
Total	109.021	40.714	167,77%

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (RI), a Companhia reconhece a receita e o custo de construção, de acordo com o CPC 17 – Contratos de Concessão. Receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

O 3T17 apresentou um aumento da receita de construção devido ao avanço das frentes de obras de duplicação. Atualmente, sobre as obras de ampliação, na BR 376, estamos com sete frentes de trabalho, e na PR 151, com três frentes de trabalho.

Comentário do Desempenho

Receita líquida operacional

A receita líquida operacional do 3T17 (conforme demonstrado no quadro 1.1) ficou 20,7% superior em relação ao mesmo período do ano anterior.

As deduções sobre a receita operacional bruta são compostas pelo recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual é de 8,65% sobre a receita de pedágio.

Custos e despesas totais

Custos (R\$ mil)	3T17	3T16	Var.%
Custo de construção	109.021	40.714	167,8%
Provisão de manutenção	9.841	8.059	22,1%
Depreciação e amortização	35.034	24.191	44,8%
Serviços de terceiros	12.801	13.445	-4,8%
Pessoal	9.920	8.863	11,9%
Materiais, equipamentos e veículos	2.555	2.559	-0,2%
Outros	9.442	7.961	18,6%
Custos totais	188.614	105.792	78,3%

Os custos e a despesas totais da Concessionária tiveram um acréscimo de 78,3% no 3T17, alcançando o valor de R\$ 188,6 milhões.

Custo de construção: Os custos de construção tiveram um forte crescimento de 167,8% no 3T17 comparado ao 3T16. Esta alteração reflete o avanço das obras de ampliação de capacidade (duplicações).

Provisão de manutenção: A provisão de manutenção teve um acréscimo de 22,1% no 3T17, consequência de maiores valores planejados no período atual.

Depreciação e amortização: O aumento das despesas no 3T17, em comparação ao 3T16 se deve ao aumento no valor da amortização, decorrente do incremento das obras.

Serviços de Terceiros: Os valores do 3T17 estão 4,8% inferiores ao 3T16, principalmente em razão do ressarcimento de seguro, decorrente de sinistro com taludes, ocorrido no período atual.

Pessoal: Os custos de pessoal estão 11,9% maiores que no 3T16, decorrência do dissídio ocorrido em 2017.

Materiais, Equipamentos e Veículos: Os valores do 3T17 estão 0,2% inferiores ao 3T16.

Outros: Os valores do 3T17 estão 18,6% superiores ao 3T16, consequência de lançamento de franquia de seguro recebida no período atual, decorrente de ressarcimento da correção de taludes e apurações com projetos sociais incentivados, ocorridos no período atual.

Comentário do Desempenho

EBITDA

Reconciliação EBITDA ajustado (R\$ MM)	3T17	3T16	Var.%
Lucro líquido	65.093	51.651	26,0%
(+) IR/CS	32.966	26.827	22,9%
(+) Resultado financeiro líquido	7.901	10.283	-23,2%
(+) Depreciação e amortização	35.034	24.191	44,8%
EBITDA (a)	140.994	112.952	24,8%
Margem EBITDA (a)	47,90%	58,13%	-10,2 p.p.
(+) Provisão de manutenção (b)	9.841	8.059	22,1%
EBITDA ajustado	150.835	121.011	24,6%
Margem EBITDA ajustada (c)	81,38%	78,78%	-2,6 p.p.

EBIT

Reconciliação EBIT Ajustado (R\$ MM)	3T17	3T16	Var.%
Lucro Líquido	65.093	51.651	26,0%
(+) IR/CS	32.966	26.827	22,9%
(+) Resultado Financeiro Líquido	7.901	10.283	-23,2%
EBIT (a)	105.960	88.761	19,4%
Margem EBIT (a)	36,00%	45,68%	-9,7 p.p.
(+) Provisão de Manutenção (b)	9.841	8.059	22,1%
Margem EBIT ajustada (c)	57,17%	57,78%	-0,6 p.p.

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM527/2012.

(b) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica das rodovias, ajustada por tratar-se de item não caixa nas demonstrações financeiras.

(c) As margens EBIT e EBITDA ajustadas foram calculadas por meio da divisão do EBIT e EBITDA pelas receitas líquidas, excluídas as receitas de construção.

Resultado financeiro líquido

Resultado financeiro líquido (R\$ MM)	3T17	3T16	Var.%
Despesas financeiras	(24.332)	(21.806)	11,6%
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e arrendamentos mercantis	(5.124)	(3.324)	54,2%
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.646)	(1.766)	-6,8%
Variações cambiais sobre empréstimos	(2.263)	-	100,0%
Perda com operações de derivativos	(13.142)	(10.064)	30,6%
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(3.456)	(3.741)	-7,6%
Capitalização de custos dos empréstimos	1.756	45	3802,2%
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	(119)	(2.735)	-95,6%
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(338)	(221)	52,9%

Comentário do Desempenho

Receitas financeiras	16.431	11.523	42,6%
Variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	8.191	4.271	91,8%
Varição monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	1.264	-	100,0%
Ganho com operações de derivativos	3.866	3.014	28,3%
Valor Justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	369	-	100,0%
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.707	3.554	-23,8%
Juros e outras receitas financeiras	34	684	-95,0%
Resultado Financeiro Líquido	(7.901)	(10.283)	-23,2%

O resultado financeiro líquido no 3T17 foi 23,2% menor que o mesmo período do ano anterior. A variação do resultado financeiro reflete a queda nas taxas de CDI nos períodos em questão e capitalização de juros (conta redutora da despesa financeira) em decorrência do acréscimo de obras em andamento no período atual.

2. Investimentos

A Concessionária segue cumprindo o Programa de Concessão, com destaque para as obras de duplicação da BR 376, região de Ponta Grossa a Apucarana e PR 151, região de Piraf do Sul e Jaguariáiva.

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Total de Acidentes (un)	3T17	3T16	Var.%
Índice de acidentes (Ia)*	1,120	1,289	-13,11%
Índice de feridos (If)**	53,134	84,892	-37,41%

*Ia=(Número de Acidentes x 10⁶)/(Extensão x VDM x Período)

**If=(Número de Vítimas Feridas x 10⁸)/(Extensão x VDM x Período)

A Diretoria.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 30 de setembro de 2017

Os saldos apresentados em Reais nestas ITRs foram arredondados para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

a. Constituição e objeto

A Companhia foi constituída em 3 de novembro de 1997 e tem por objetivo a recuperação, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração do lote n.º 5 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná, com um total de 567,8 quilômetros, mediante cobrança de pedágio, inclusive prestando serviços de socorro médico, serviços de guincho e reboque de veículos, serviços de informação ao usuário e demais atos correlatos necessários ao cumprimento do objeto, durante o prazo de 24 anos, ou seja, até 27 de novembro de 2021.

O lote n.º 5 é constituído pelas rodovias: (i) BR-376, entre Apucarana e São Luís do Purunã, passando por Ponta Grossa; (ii) BR-277, entre São Luís do Purunã e Curitiba; (iii) PR-151, entre Jaguariaíva e Ponta Grossa; e (iv) pelos trechos rodoviários de acessos àquelas rodovias.

O contrato de concessão do lote, não oneroso, prevê a obrigação de realização de investimentos.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 24 de junho de 1998, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados “trabalhos iniciais”, conforme definido no Programa de Exploração do Lote e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de dezembro.

b. Outras informações relevantes

Durante o período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2017, ocorreram as seguintes alterações nos processos que envolvem as investidas abaixo:

i. Prorrogação/Extensão do Contrato de Concessão e Convênio de Delegação

O Ministério Público Federal de Jacarezinho/PR propôs Ação Civil Pública (nº 5002208-05.2015.4.04.7013) em face da União, Estado do Paraná, DER/PR, RodoNorte, e demais Concessionárias do Paraná, alegando que as partes estariam pretendendo prorrogar os Convênios de Delegação celebrados entre a União e o Estado do Paraná e os Contratos de Concessão celebrados entre o Estado do Paraná e as Concessionárias, sem a respectiva licitação, o que acarretaria dano aos direitos dos consumidores e à moralidade administrativa. A liminar foi concedida para que: i) a União se abstenha de qualquer ato de renovação dos referidos Convênios de Delegação com a finalidade de atender à proposta do DER e do Estado do Paraná de prorrogar os atuais contratos; ii) o DER, o Estado do Paraná e as Concessionárias se abstenham de firmar qualquer acordo de prorrogação do prazo de vigência dos atuais Contratos de Concessão sem a realização de procedimento licitatório. As rés recorreram da liminar concedida ao TRF requerendo a cassação da liminar e o reconhecimento da competência da Vara Federal de Curitiba, capital do Estado, em lugar da Vara Federal de Jacarezinho, visto a ação ter sido proposta contra várias empresas, cujas sedes se encontram em cidades diversas. O recurso da RodoNorte foi julgado em 08 de junho de 2016, tendo sido provido parcialmente, para dar provimento ao pedido de cassação da liminar concedida, sendo negado provimento ao pedido de reconhecimento da competência da Vara Federal de Curitiba. Em 12 de agosto de 2016, a RodoNorte interpôs recurso especial contra o não acolhimento da incompetência do juízo de Jacarezinho. O recurso foi admitido pelo TRF em 14 de junho de 2017, mas não foi conhecido pelo STJ, que manteve a competência da Vara Federal de Jacarezinho.

Notas Explicativas

2. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e nos Pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Em 25 de outubro de 2017, o Conselho Fiscal e o Comitê de Auditoria analisaram e se manifestaram favoravelmente a estas ITRs e o Conselho de Administração da Companhia as aprovou na mesma data.

3. Principais práticas contábeis

Neste período não ocorreram mudanças nas principais práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

4. Determinação dos valores justos

Neste período não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste período não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 249.594 (R\$ 82.498 em 31 de dezembro de 2016), substancialmente composto por empréstimos, financiamentos e debêntures, detalhados nas notas explicativas nº 12 e 13. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas e negociando novas captações com o objetivo de fazer frente aos investimentos previstos.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixas e bancos	4.073	4.844
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>121.732</u>	<u>98.196</u>
	<u>125.805</u>	<u>103.040</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,96% do CDI, equivalente a 10,91% ao ano (13,78% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas

7. Contas a receber

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	936	3.582
Pedágio eletrônico (b)	<u>35.370</u>	<u>31.492</u>
	36.306	35.074
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	<u>(892)</u>	<u>(892)</u>
	<u>35.414</u>	<u>34.182</u>
Não Circulante		
Receitas acessórias (a)	<u>2.118</u>	<u>2.118</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	<u>(2.118)</u>	<u>(2.118)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

Idade de Vencimentos dos Títulos

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Créditos a vencer	35.235	34.154
Créditos vencidos até 60 dias	178	28
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	1	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	-	892
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>3.010</u>	<u>2.118</u>
Total de contas a receber	<u>38.424</u>	<u>37.192</u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e
- (c) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016 (Reapresentado) (*)	01/01/2016 a 30/09/2016 (Reapresentado) (*)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	98.059	268.974	78.478	256.231
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(33.340)	(91.451)	(26.683)	(87.119)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Despesas indedutíveis	(186)	(629)	(255)	(853)
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(46)	(272)	(35)	(173)
Incentivos relativos ao imposto de renda	601	1.089	138	946
Outros	5	(61)	8	31
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(32.966)</u>	<u>(91.324)</u>	<u>(26.827)</u>	<u>(87.168)</u>
Impostos correntes	(28.051)	(91.777)	(19.130)	(97.122)
Impostos diferidos	(4.915)	453	(7.697)	9.954
	<u>(32.966)</u>	<u>(91.324)</u>	<u>(26.827)</u>	<u>(87.168)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	30/09/2017	31/12/2016 (Reapresentado) (*)
Bases ativas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	42.809	80.678
Constituição da provisão de manutenção	50.205	51.426
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.024	1.024
Perdas em operações com derivativos	6.111	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	486	748
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	940	686
Outros	1	74
	<u>101.576</u>	<u>134.636</u>
Bases passivas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(65.592)	(89.022)
Varição cambial	(12.044)	(10.496)
Ganhos de operações com derivativos	-	(11.631)
	<u>(77.636)</u>	<u>(111.149)</u>
Ativo diferido líquido	<u>23.940</u>	<u>23.487</u>

(*) Reapresentação dos saldos de 2016 para melhor apresentação.

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição).

Notas Explicativas

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, assim como as transações que influenciaram os resultados dos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações				
	01/07/2017 a 30/09/2017		01/01/2017 a 30/09/2017		
	Serviços Prestados	Intangível	Serviços Prestados	Intangível	Receitas
Controladora					
CCR	1.419 (a)	-	4.256 (a)	-	-
Outras partes relacionadas					
CPC	2.613 (b)	517 (b)	7.576 (b)	1.218 (b)	-
Serveng	-	28.620 (e)	-	40.814 (e)	-
J.Malucelli	-	47.129 (d)	-	102.931 (d)	-
Total, 30 de setembro de 2017	<u>4.032</u>	<u>76.266</u>	<u>11.832</u>	<u>144.963</u>	<u>-</u>
Total, 01 de julho de 2016 a 30 de setembro 2016	<u>3.681</u>	<u>49.185</u>			
Total, 01 de janeiro de 2016 a 30 de setembro 2016			<u>10.398</u>	<u>147.586</u>	<u>5.399</u>

	Saldos	
	30/09/2017	
	Ativo	Passivo
	Contas a receber	Fornecedores e contas a pagar
Controladora		
CCR	-	444 (a)
Outras partes relacionadas		
CPC	-	816 (b)
Metrô Bahia	-	3 (f)
Serveng	-	14.553 (e)
Andrade Gutierrez Concessões	-	1.291 (c)
Camargo Corrêa S.A.	-	1.142 (c)
Cesbe	-	97 (c)
J.Malucelli	-	17.106 (d)
Total circulante, 30 de setembro de 2017	-	35.452
Total não circulante, 30 de setembro de 2017	-	-
Total, 30 de setembro de 2017	<u>-</u>	<u>35.452</u>
Total, 31 de dezembro de 2016	<u>7</u>	<u>19.006</u>

Notas Explicativas

Despesas com profissionais chave da administração

	<u>01/07/2017 a</u> <u>30/09/2017</u>	<u>01/01/2017 a</u> <u>30/09/2017</u>	<u>01/07/2016 a</u> <u>30/09/2016</u>	<u>01/01/2016 a</u> <u>30/09/2016</u>
Remuneração (g):				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	415	1.272	409	1.234
Outros benefícios:				
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	182	546	139	418
Complemento de PPR do ano anterior pago no ano	-	540	-	273
Previdência privada	27	78	26	74
Seguro de vida	1	3	1	3
	<u>625</u>	<u>2.439</u>	<u>575</u>	<u>2.002</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Remuneração dos administradores (g)	685	727

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 11 de abril de 2017, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretoria da Companhia no montante de R\$ 2.800, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

Abaixo, apresentamos as notas relacionadas aos quadros:

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (b) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (c) Retenções de parte das verbas de mobilização das empresas que foram responsáveis pela execução das obras de recuperação inicial da concessão, em função da postergação dos investimentos no cronograma contratual;
- (d) Prestação de serviços por empreitada a preço global de obra de duplicação da rodovia BR-376, compreendendo a construção de nova pista e recuperação da pista existente (RodoNorte), com vigência até a 25 de junho de 2021;
- (e) Contrato de prestação de serviços por empreitada a preço global, cujos pagamentos ocorrem até o 10º dia do mês seguinte;
- (f) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores; e
- (g) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

Notas Explicativas

10. Ativo Imobilizado

Movimentação do custo

	31/12/2016		30/09/2017			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Móveis e utensílios	3.074	-	(149)	14	-	2.939
Máquinas e equipamentos	7.533	-	(261)	461	(50)	7.683
Veículos	13.331	-	(717)	5.296	(3.524)	14.386
Instalações e edificações	126	-	-	-	-	126
Sistemas operacionais	29.566	-	(705)	594	-	29.455
Imobilizações em andamento	6.167	3.931	(896)	(6.876)	-	2.326
	<u>59.797</u>	<u>3.931</u>	<u>(2.728)</u>	<u>(511)</u>	<u>(3.574)</u>	<u>56.915</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 74 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 (R\$ 6 no período de nove meses de 2016). A taxa média de capitalização no período de nove meses de 2017 foi de 0,17% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,02% a.m. no período de nove meses de 2016.

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2016		30/09/2017	
		Saldo Inicial	Adições	Baixas	Saldo Final
Móveis e utensílios	10	(1.984)	(186)	123	(2.047)
Máquinas e equipamentos	11	(5.002)	(601)	212	(5.391)
Veículos	25	(9.136)	(1.660)	563	(10.233)
Instalações e edificações	-	(34)	(12)	-	(46)
Sistemas operacionais	13	(19.866)	(2.237)	496	(21.607)
		<u>(36.022)</u>	<u>(4.696)</u>	<u>1.394</u>	<u>(39.324)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

(b) Obrigação com o Poder concedente (DER), verba da polícia Rodoviária.

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.

11. Intangível

Movimentação do custo

	31/12/2016		30/09/2017		
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo Final
Direitos de exploração da infraestrutura	1.241.432	243.817	(7)	-	1.485.242
Direitos de uso de sistemas informatizados	7.721	62	-	511	8.294
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.086	-	-	-	1.086
	<u>1.250.239</u>	<u>243.879</u>	<u>(7)</u>	<u>511</u>	<u>1.494.622</u>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 4.439 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 (R\$ 490 no período de nove meses de 2016). A taxa média de capitalização no período de nove meses de 2017 foi de 0,17% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,02% a.m. no período de nove meses de 2016.

Notas Explicativas

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2016		30/09/2017	
		Saldo Inicial	Adições	Baixas	Saldo Final
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	(503.002)	(95.580)	4	(598.578)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(6.421)	(401)	-	(6.822)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(1.086)	-	-	(1.086)
		<u>(510.509)</u>	<u>(95.981)</u>	<u>4</u>	<u>(606.486)</u>

(*) Amortização pela curva de benefício econômico.

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

12. Empréstimos e financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Vencimento final	30/09/2017	31/12/2016
Em moeda nacional				
Alfa S.A. (Finame)	5,5% a 7,7% a.a.	Junho de 2017	-	30 (b)
Subtotal em moeda nacional			<u>-</u>	<u>30</u>
Em moeda estrangeira				
Bank of America NA (a)	LIBOR 3M + 1,50% a.a.	Março de 2018	173.145	177.759 (c)
Subtotal em moeda estrangeira			<u>173.145</u>	<u>177.759</u>
Total geral			<u>173.145</u>	<u>177.789</u>
			30/09/2017	31/12/2016
Circulante				
Empréstimos e financiamentos			<u>173.145</u>	<u>4.743</u>
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos			<u>-</u>	<u>173.046</u>

(a) Por entender ser informação mais relevante, dado que a operação está protegida na sua totalidade por contrato de *swap*, a Companhia decidiu mensurar esta operação ao valor justo através do resultado (vide nota explicativa nº 19 para maiores detalhes).

Garantias:

- (b) Garantia real.
- (c) Não existem garantias.

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Não existem cláusulas de repactuação. Neste período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2017, não houveram contratações de novas operações e negociações de operações anteriores.

Para melhores detalhes sobre os demais empréstimos e financiamentos, vide nota explicativa nº 13 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 30/09/2017	Vencimento final	30/09/2017	31/12/2016
4a Emissão - Série 1	IPCA + 5,6910% a.a.	5,8502% (a)	1.254	566	Outubro de 2019	161.702	156.254 (b)
5a Emissão - Série 1	IPCA + 6,06% a.a.	6,3483% (a)	1.186	1.013	Novembro de 2021	103.534	99.928 (c)
Total geral				<u>1.579</u>		<u>265.236</u>	<u>256.182</u>
						30/09/2017	31/12/2016
Circulante							
Debêntures						6.388	2.534
Custos de transação						<u>(483)</u>	<u>(448)</u>
						<u>5.905</u>	<u>2.086</u>
Não Circulante							
Debêntures						260.427	255.496
Custos de transação						<u>(1.096)</u>	<u>(1.400)</u>
						<u>259.331</u>	<u>254.096</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

Garantias:

- (b) Não existem garantias.
(c) Garantia real.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>30/09/2017</u>
2019	158.221
2021	<u>102.206</u>
	260.427

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Não existem cláusulas de repactuação. Neste período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2017, não houveram contratações de novas operações e negociações de operações anteriores.

Para maiores detalhes sobre as demais debêntures, vide nota explicativa nº 14 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

Notas Explicativas

	31/12/2016		30/09/2017			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo final
Não circulante						
Cíveis e administrativos	569	1.346	(113)	(820)	430	1.412
Trabalhistas e previdenciários	1.452	703	(84)	(796)	79	1.354
	<u>2.021</u>	<u>2.049</u>	<u>(197)</u>	<u>(1.616)</u>	<u>509</u>	<u>2.766</u>

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, nas esferas cíveis e trabalhistas, nos montantes de R\$ 570 e R\$ 629, respectivamente (R\$ 976 e R\$ 208, respectivamente, no período de nove meses de 2016).

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as IFRS não determinam sua contabilização.

	30/09/2017	31/12/2016
Cíveis e administrativos	92.813	89.006
Trabalhistas e previdenciários	<u>381</u>	<u>366</u>
	<u>93.194</u>	<u>89.372</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento cujo montante em 30 de setembro de 2017, é de R\$ 514 (R\$ 514 em 31 de dezembro de 2016).

15. Provisão de manutenção

	31/12/2016		30/09/2017			
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	85.849	13.838	5.644	(44.104)	37.475	98.702
Não circulante	65.405	14.918	6.111	-	(37.475)	48.959
	<u>151.254</u>	<u>28.756</u>	<u>11.755</u>	<u>(44.104)</u>	<u>-</u>	<u>147.661</u>

As taxas anuais para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2016 são de 14,75%, 12,34%, 12,62%, 8,20%, 10,14%, 12,29%, 15,77% e 15,77% respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

Notas Explicativas

16. Patrimônio líquido

a. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>01/07/2017 a</u> <u>30/09/2017</u>	<u>01/01/2017 a</u> <u>30/09/2017</u>	<u>01/07/2016 a</u> <u>30/09/2016</u>	<u>01/01/2016 a</u> <u>30/09/2016</u>
Numerador				
Lucro líquido	65.093	177.650	51.651	169.063
Denominador				
Média ponderada de ações ordinárias	728.908.848	728.908.848	716.533.334	716.533.334
Média ponderada de ações preferenciais	1.457.817.696	1.457.817.696	1.433.066.666	1.433.066.666
Média ponderada total de ações	2.186.726.544	2.186.726.544	2.149.600.000	2.149.600.000
Lucro por ação ordinária - básico e diluído	0,02957	0,08070	0,02403	0,07865
Lucro por ação preferencial - básico e diluído	0,02987	0,08151	0,02403	0,07865

17. Receitas

	<u>01/07/2017 a</u> <u>30/09/2017</u>	<u>01/01/2017 a</u> <u>30/09/2017</u>	<u>01/07/2016 a</u> <u>30/09/2016</u>	<u>01/01/2016 a</u> <u>30/09/2016</u>
Receitas de pedágio	199.643	569.185	165.062	516.166
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	109.021	232.328	40.714	152.073
Receitas acessórias e administrativas	3.516	10.551	3.286	9.741
Receita bruta	<u>312.180</u>	<u>812.064</u>	<u>209.062</u>	<u>677.980</u>
Impostos sobre receitas	(17.581)	(50.156)	(14.551)	(45.457)
Devoluções e abatimentos	(225)	(614)	(185)	(515)
Deduções das receitas brutas	<u>(17.806)</u>	<u>(50.770)</u>	<u>(14.736)</u>	<u>(45.972)</u>
Receita líquida	<u>294.374</u>	<u>761.294</u>	<u>194.326</u>	<u>632.008</u>

18. Resultado financeiro

	<u>01/07/2017 a</u> <u>30/09/2017</u>	<u>01/01/2017 a</u> <u>30/09/2017</u>	<u>01/07/2016 a</u> <u>30/09/2016</u>	<u>01/01/2016 a</u> <u>30/09/2016</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	(5.124)	(14.984)	(3.324)	(9.670)
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.646)	(6.195)	(1.766)	(8.915)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(2.263)	(14.175)	-	(15.276)
Perda com operações de derivativos	(13.142)	(27.304)	(10.064)	(56.683)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(3.456)	(11.755)	(3.741)	(10.803)
Capitalização de custos dos empréstimos	1.756	4.513	45	496
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	(119)	(826)	(2.735)	(9.360)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(338)	(1.039)	(221)	(686)
	<u>(24.332)</u>	<u>(71.765)</u>	<u>(21.806)</u>	<u>(110.897)</u>
Receitas financeiras				
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	8.191	18.721	4.271	47.762
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	1.264	1.264	-	-
Ganho com operações de derivativos	3.866	11.336	3.014	14.373
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	369	901	-	2.900
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.707	8.307	3.554	9.078
Juros e outras receitas financeiras	34	157	684	807
	<u>16.431</u>	<u>40.686</u>	<u>11.523</u>	<u>74.920</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(7.901)</u>	<u>(31.079)</u>	<u>(10.283)</u>	<u>(35.977)</u>

Notas Explicativas

19. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e as premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas ITRs, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	30/09/2017			31/12/2016		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	121.732	-	-	98.196	-	-
Contas a receber	-	35.414	-	-	34.182	-
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	-	-	-	7	-
Contas a receber com operações de derivativos	-	-	-	1.915	-	-
Passivos						
Financiamentos em moeda nacional	-	-	-	-	-	(30)
Empréstimos em moeda estrangeira	(173.145)	-	-	(177.759)	-	-
Debêntures (a)	-	-	(265.236)	-	-	(256.182)
Fornecedores, outras contas a pagar e obrigações com o poder concedente	-	-	(33.422)	-	-	(34.784)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(35.452)	-	-	(19.006)
Contas a pagar com operações de derivativos	(17.356)	-	-	(15.492)	-	-
	<u>(68.769)</u>	<u>35.414</u>	<u>(334.110)</u>	<u>(93.140)</u>	<u>34.189</u>	<u>(310.002)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo que o valor justo poderia ser considerado como “semelhante” ao valor contábil, uma vez que o risco de crédito das contrapartes (instituições financeiras de primeira linha) e não produziriam diferenças significativas entre ambos.
- **Contas a receber, partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Empréstimos em moeda estrangeira mensurados ao valor justo por meio do resultado** – A Companhia captou empréstimo em moeda estrangeira (dólar norte-americano), tendo sido contratados *swaps* trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração desses empréstimos pelo valor justo (*fair value option*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado, causado pela mensuração dos derivativos a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso este empréstimo fosse mensurado pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 172.631 (R\$ 177.169 em 31 de dezembro de 2016), conforme detalhado abaixo:

<u>Taxa contratual da dívida</u>	<u>Taxa contratual - Swap</u>	<u>Custo amortizado (a)</u>
Libor de 3 meses + 1,50% a.a.	105,50% do CDI	172.631

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 12.

Notas Explicativas

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base nas taxas contratuais futuras obtidas através de fontes públicas (B3 e Bloomberg), mais cupom da operação e trazendo a valor presente pelo cupom limpo.

- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado:** Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de debêntures pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	30/09/2017		31/12/2016	
	Valor contábil (a)	Valor justo (b)	Valor contábil (a)	Valor justo (b)
Debêntures	266.815	280.791	258.030	257.719

(a) Valores contábeis estão brutos do custo de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de Valor Justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	30/09/2017	31/12/2016
Aplicações financeiras	121.732	98.196
Derivativos a receber/ (a pagar)	(17.356)	(13.577)
Empréstimos em moeda estrangeira	(173.145)	(177.759)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento futuros em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações da Libor e de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* visando mitigar totalmente o risco cambial dos fluxos de caixa de seus empréstimos em moeda estrangeira.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Notas Explicativas

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Riscos cambiais	<u>(15.968)</u>	<u>(42.310)</u>

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.

Operação	Vencimentos até	Risco	Exposição em R\$ ⁽¹⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
4131 em USD	Março de 2018	Aumento da cotação do USD	172.618	-	(43.154)	(86.309)
Swap USD x CDI (Ponta ativa)	Março de 2018	Diminuição da cotação do USD	(172.651)	-	43.163	86.326
		Efeito de Ganho ou (Perda)		-	9	17
Total dos Efeitos de Ganho ou (Perda)				-	9	17
Moedas em 30/09/2017:						
	Dólar ⁽²⁾			3,1680	3,9600	4,7520

(1) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

(2) Refere-se à taxa de venda das moedas em 30/09/2017, divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de setembro de 2018 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Notas Explicativas

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (5)	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2019	162.268	(13.591)	(14.680)	(15.769)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Novembro de 2021	104.547	(9.152)	(9.856)	(10.560)
4131 em USD	Aumento da Libor de 3 meses (4)	Março de 2018	172.618	(2.258)	(2.522)	(2.787)
Swap USD x CDI (Ponta passiva)	Aumento do CDI	Março de 2018	190.623	(7.125)	(8.861)	(10.580)
Swap USD x CDI (Ponta Ativa)	Diminuição da Libor de 3 meses (4)	Março de 2018	(172.651)	2.445	2.756	3.067
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (6)		121.716	9.822	12.276	14.730
Total do efeito de ganho ou (perda)				(19.859)	(20.887)	(21.899)
Efeito sobre os empréstimos, debêntures e derivativos				(29.681)	(33.163)	(36.629)
Efeito sobre as aplicações financeiras				9.822	12.276	14.730
As taxas de juros consideradas foram (1):						
	CDI (2)			8,14%	10,18%	12,21%
	IPC-A (3)			2,54%	3,18%	3,81%
	LIBOR 3 meses (4)			1,3339%	1,6674%	2,0008%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 29/09/2017, divulgada pela B3/CETIP;
- (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
- (4) Refere-se as taxas libor de 3 meses, em 29/09/2017 divulgados pela Intercontinental Exchange (ICE);
- (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 29/09/2017, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (6) Saldo líquido: o conceito aplicado para aplicação financeira é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto nas aplicações, há um aumento da receita financeira.

20. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

a. Compromissos relativos à concessão

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Compromisso de investimento	<u>782.827</u>	<u>1.062.926</u>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviços e casos em discussão para reequilíbrio.

Notas Explicativas

21. Demonstração do fluxo de caixa

- a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Fornecedores - partes relacionadas	<u>(1.628)</u>	<u>(5.136)</u>
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>(1.628)</u>	<u>(5.136)</u>
Adição ao ativo intangível	<u>1.628</u>	<u>5.136</u>
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>1.628</u>	<u>5.136</u>

- b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

22. Eventos subsequentes

Debêntures

Em 15 de outubro de 2017, ocorreu a 6ª emissão de debêntures, distribuídas em duas séries no total de 390.000 debêntures, sendo 220.000 debêntures na 1ª série e 170.000 na 2ª série todas integralizadas em 25 de outubro de 2017, totalizando um valor nominal de R\$ 390.000. A remuneração da 1ª série é de 106,50% do CDI, com vencimento em 15 de novembro de 2020, com juros semestrais e amortização no vencimento. A remuneração da 2ª série é de IPCA + 4,4963%, com vencimento em 15 de novembro de 2021, com juros e amortização a serem pagos no vencimento.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais-ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da,
RodoNorte - Concessionária da Rodovia Integradas S.A.

Ponta Grossa - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da RodoNorte - Concessionária da Rodovia Integradas S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº1 b de 30 de setembro de 2017 e de 31 de dezembro de 2016, às informações contábeis intermediárias, que descreve que a Companhia é parte em diversas ações judiciais movidas pelo Governo do Estado do Paraná referentes ao processo de encampação, desapropriação e reajuste de tarifas de pedágio. De acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia a perspectiva de perda desses processos foi avaliada como possível. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações do valor adicionado acima referidas não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 foi anteriormente auditado por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 03 de março de 2017 sem modificação e às demonstrações do resultado e do resultado abrangente dos períodos de três e nove meses e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 01 de novembro de 2016, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de outubro de 2017

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia (ITR) e com as Demonstrações Financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2017 ("ITR 3º Tri").

Ponta Grossa/PR, 25 de outubro de 2017.

SR. JOSÉ ALBERTO MORAES REGO DE SOUZA MOITA

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

SR. CLÁUDIO JOSÉ MACHADO SOARES

DIRETOR OPERACIONAL

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia (ITR) e com as Demonstrações Financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2017 ("ITR 3º Tri").

Ponta Grossa/PR, 25 de outubro de 2017.

SR. JOSÉ ALBERTO MORAES REGO DE SOUZA MOITA

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

SR. CLÁUDIO JOSÉ MACHADO SOARES

DIRETOR OPERACIONAL